

# Secretarias de Estado

## Ministério da Justiça

### GABINETE DO MINISTRO

#### DESPACHO DO MINISTRO

Processo MJ nº 12877/88-98

No uso da competência delegada pelo Decreto nº 95.905, de 07 de abril de 1988, e tendo em vista o pronunciamento da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, nego seguimento ao pedido formulado por MILTON ORLANDO BOM FIM, nos autos em epígrafe, por falta de amparo legal.

(Of. nº 09/89)

OSCAR DIAS CORRÊA

### ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

#### Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores

PORTARIA DE 16 DE FEVEREIRO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 129 - Conceder autorização para compra de armas e munições a empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES VIKING'S S/C LTDA, CCC nº 51.209.609/0001-06, (Proc. MJ nº 08500-0140/89), especializada em curso de formação de vigilantes, conforme Portaria MJ nº 309, de 01 de dezembro de 1987, em estabelecimento comercial no Estado de SÃO PAULO. As armas nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente, em serviço pela empresa, limitado ao Estado de SÃO PAULO, devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983: 30 revólveres calibre 38; 30 revólveres calibre 22; 6 carabinas calibre 12; 7.200 cartuchos calibre 38; 5.400 cartuchos calibre 22 e 250 cartuchos calibre 12 de fabricação nacional.

KURT PESSEK

(Nº 65.583 - 24-02-89 - NCZ\$ 52,15)

PORTARIA DE 20 DE FEVEREIRO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso IV, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 138 - Punir no Estado do MARANHÃO com base no artigo 23 da Lei 7.102/83, de 20/06/83, a empresa NORSENGEL - VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, com a pena de ADVERTÊNCIA, por estar utilizando em serviço, veículos de transporte de valores sem Certificado de Vistoria.

KURT PESSEK

(Of. nº 506/89)

PORTARIA DE 22 DE FEVEREIRO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso IV, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 142 - Punir no DISTRITO FEDERAL com base no artigo 23 da Lei 7.102/83, de 20/06/83, a empresa SESVI - SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA INTERNAS, com a pena de 05 (cinco) vezes o maior valor de referência, face a caracterização de negligência no controle e guarda de armas.

KURT PESSEK

(Of. nº 522/89)

PORTARIA DE 23 DE FEVEREIRO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso II, do Artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 156 - Conceder autorização prévia para alteração dos atos constitutivos à empresa GÁVEA - EMPRESA DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, que passou a denominar-se THOR - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CGC nº 03.598.596/0001-61, (Processo MJ nº 08280-4175/88), especializada em prestação de serviços de vigilância, com sede no DISTRITO FEDERAL, passando seus atos constitutivos a vigorar na forma da alteração contratual realizada na sede social da empresa, sita SCLRN 708-Bloco I - Loja 30 - Brasília/DF, em 02 de setembro de 1988, entranhada ao Processo já mencionado.

KURT PESSEK

(Nº 65.691 - 24-02-89 - NCZ\$ 52,15)

### CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

#### RETIFICAÇÃO

No D.O.U. de 02.02.89, seção I, página 1827, que publicou a Resolução nº 23, de 30 janeiro de 1989, onde se lê: Norma Técnica, leia-se Nota Técnica.

(Of. nº 141/89)

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 145ª REUNIÃO (29.11.88) MANHÃ

As 10:00 do dia vinte e nove de novembro de 1988, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala 308, do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. Conselheiros presentes: Doutor EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ELOAR GUAZELLI, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, ROGÉRIO LAURIA TUCCI, RUY DA COSTA ANTUNES e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Ausências justificadas: Conselheiros ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS e RENÉ ARIEL DOTTI. I- Convitado presente: Doutor ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA - Secretário de Justiça e Segurança Pública/MJ. De acordo com os termos constantes do § 2º, do Art. 3º, do Regimento Interno do Conselho, o Presidente passou a Presidência dos trabalhos ao Conselheiro RUY DA COSTA ANTUNES. II- Apreciação das Atas nºs 138ª a 144ª - aprovadas por unanimidade. III- Processos e expedientes relatados: a) Ofício nº 120/88-CNDCC-MJ - Assunto: Código de Defesa do Consumidor - Atendendo a solicitação do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, o Presidente designou o Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, para examinar e relatar o anteprojeto em apreço, sob os aspectos de direito e processo penal, cujo desdobramento do mencionado exame, compreende: "01. Estrutura do Capítulo VI, 'Das infrações Penais'. 02. Temas pertinentes à Parte Geral do Código Penal. 03. Tipos legais de crime, no anteprojeto. 04. Balanço da pena privativa de liberdade. 05. Indexação da fiança. 06. A intervenção de terceiro na ação penal condenatória de iniciativa pública e a legitimação para a ação privada subsidiária". Neste contexto o Relator informou que "A Lei anteprojeto possui Capítulo VI, denominado 'Das infrações penais'. Acha-se dotado de quatorze artigos e cinco parágrafos. Dois dispositivos dizem com o processo penal (arts. 52 e 53) e os demais com o direito penal (arts. 40 a 51). No tocante à matéria penal, quatro preceitos guardam matéria pertinente à Parte Geral: concurso de normas penais; concurso de pessoas; circunstâncias agravantes e pena de multa (arts. 40, 49, 50 e 51). Outros onze dispositivos referem-se a condutas, que se desejam tipificar (arts. 41; 42 e parág. único; 43 e parág. único; 44; 45 e parág. único; 46; 47 e 48). Há, tão só, uma regra sobre causa de especial aumento de pena (art. 48, parág. único). No atinente ao processo penal, uma norma cuida da fiança (art. 52 e parág. único) e a seguinte trata da assistência e da ação penal de iniciativa privada subsidiária (art. 53)". Definida a estrutura do exame, o Expositor comentou cada um dos dispositivos citados no aludido Capítulo VI, e, assim, concluiu: "Salvo melhor juízo, na parte voltada ao direito e ao processo penal, o anteprojeto de 'Código de Defesa do Consumidor' necessita de emenda, a fim de que a eficácia jurídica não se distanciasse da eficácia social das normas". Decisão-CNPCC: pela aprovação unânime e supressão do Capítulo examinado, por entender que a matéria deve ser situada nos respectivos Códigos, ou ainda, se mantida em Lei Especial, ser totalmente reformulada nos termos do parecer aprovado. Manifestações: a) O Conselheiro Presidente, Doutor EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES, votou pela aprovação do parecer então relatado, acrescentando que a matéria deveria ser examinada em conjunto com o anteprojeto de Parte Especial do Código Penal, bem como, concomitantemente, com a revisão, da Lei de Crimes Contra a Economia Popular; b) O Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI, votou pela aprovação do aludido parecer, aduzindo para constar desta, o seu protesto pessoal contra a manifesta atecnia e a desconsideração de comzeinhos regramentos jurídicos revelados pelo anteprojeto exa